

“MEMORIAL DO CONVENTO”, DE JOSÉ SARAMAGO: EMBATE ENTRE O DISCURSO, A HISTÓRIA E A “VERDADE”

“BALTAZAR& BLIMUNDA” BY JOSÉ SARAMAGO: CLASH BETWEEN DISCOURSE, HISTORY AND “TRUTH”

*Karina Luiza de Freitas ASSUNÇÃO**

Resumo: O autor contemporâneo José Saramago é um dos escritores mais significativos da literatura portuguesa e em seus romances aborda questões sociais e passeia criticamente pela história de Portugal. Sendo assim, o presente artigo toma como objeto de análise alguns fragmentos do romance saramaguiano “Memorial do convento” (2008), com o objetivo analisar como se organiza a construção discursiva da verdade sobre a gravidez da rainha Maria Ana e como se articula a constituição de sua subjetividade. Com o intuito de desenvolver o presente objetivo nos pautaremos na Análise do Discurso de linha francesa e nos estudos realizados por Michel Foucault que ajudam a compreender como se articula a construção discursiva da verdade e sua relação com a historicidade que permeia a sua produção.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso; Verdade; Subjetividade.

Abstract: The contemporary author José Saramago is one of the most expressive writers of Portuguese literature and in his novels he approaches social issues and broaches critically the Portuguese History. Therefore, this article takes as object of analysis some fragments from the Saramago novel “Baltazar & Blimunda” (2008), in order to analyze how the discursive construction of the truth about the pregnancy of Queen Maria Ana organizes itself, as well as the constitution of its subjectivity articulates itself. Aiming to develop this goal, we base our work on French theory of Discourse Analysis and on Michel Foucault studies that help us comprehend how the discursive construction of truth and its relation with the historicity that permeates its production articulates itself.

Keywords: Discourse Analysis; Discourse; Truth; Subjectivity.

Há verdade em toda a parte e a verdade nos aguarda em toda parte, em todos os lugares e em todos os tempos. (FOUCAULT, 2006a, p. 316).

* Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, integrante do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultiano (LEDIF-UFU). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Frutal-MG. Contato: karinalfa@gmail.com.

Introdução

Atualmente, José Saramago é um dos autores de maior destaque nas literaturas de Língua Portuguesa, inclusive vale lembrar que ele foi o primeiro autor de Língua Portuguesa a ganhar o Prêmio Nobel de literatura. Seus textos destacam-se pela qualidade, além do que a temática de suas obras caminha entre as raízes medievais de Portugal, sua história e a contemporaneidade. De acordo com Albuquerque Júnior (s/d, p. 1), “alguns de seus principais livros são ficções históricas, ou melhor, partem de eventos históricos, das narrativas construídas pela historiografia tradicional ou oficial de seu país, para reescrevê-los em forma de romances”.

Uma vez que as obras literárias de José Saramago são relevantes tomaremos como objeto de estudo alguns fragmentos do romance saramaguiano “Memorial do convento” (2008). O nosso objetivo será analisar como se organiza a construção discursiva da verdade sobre a gravidez da rainha Maria Ana, bem como se articula a constituição de sua subjetividade.

Como fundamentação teórica pautar-nos-emos na análise do discurso de linha francesa. Escolhemos esse aporte teórico pelo fato de seus conceitos possibilitarem ao crítico olhar para um *corpus* literário ou outros considerando a historicidade que permeia a sua produção, buscando no interior discursivo marcas que apontam para as regularidades, embates, lutas e ao mesmo tempo sua dispersão. Além disso, traremos algumas questões apontadas por Michel Foucault sobre a construção discursiva da verdade e para finalizar retomaremos, brevemente, considerações acerca da história nova e sua importância para a análise do discurso.

O discurso, a verdade e a análise do discurso

A análise do discurso toma como objeto de estudo o discurso em todas as suas formas de existência e quando propomos utilizar a AD, como aparato teórico e metodológico, reiteramos que levaremos em consideração, na análise do discurso literário, as condições históricas e sociais que margeiam a sua produção, pois “o discurso, considerado como objeto de investigação, constitui-se de conflitos

próprios à existência de tudo que tem vida social.” (FERNANDES, 2012, p.16)

Com o objetivo de analisar a obra saramaguiana “Memorial do convento” (2008) tomaremos como norte duas questões: primeiramente, como se articula a construção discursiva da “verdade” sobre a gravidez da rainha nesse romance? Posteriormente como se constitui a subjetividade da rainha?

Podemos afirmar que esse romance é histórico tendo em vista a trama tecida no decorrer da narrativa, bem como os fatos históricos retomados ao longo do romance. A narrativa neste romance é estruturada a partir de três personagens, são eles: Baltasar, um artesão que fora para a guerra e perdera uma das mãos; Blimunda, filha de uma mulher perseguida pela inquisição e um personagem histórico, no caso o padre jesuíta Bartolomeu Lourenço de Gusmão que era conhecido como o padre Voador que, a partir de suas habilidades como inventor, é atribuída a ele a invenção do primeiro aeróstato e a construção do primeiro balão de ar quente. Blimunda e Baltasar juntam-se ao padre Bartolomeu para ajudá-lo a construir a Passarola. Paralelamente são também narrados acontecimentos relacionados à construção do Convento de Nossa Senhora e Santo Antônio de Mafra, durante o reinado de D. João V, que ordena a sua construção em função de uma promessa feita a Santo Antônio, com o objetivo de que a sua esposa ficasse grávida.

Abriremos um parêntese para levantarmos algumas questões relevantes acerca da história nova que ajudam a compreender melhor a dinâmica que perpassa a AD de linha francesa. Burke (1992) inicia seu texto afirmando que a história estudada no século XIX focava os fatos históricos nacionais. No século XX, o universo dos historiadores expandiu muito e outras histórias passaram a fazer parte dos estudos, tais como: a história mundial e a regional. O estudo da história passa por uma descentralização, ele menciona que a história social torna-se independente da história econômica. Observamos que houve uma reconfiguração da disciplina história, passando a ser “várias” histórias e não mais uma única que envolvia todos os campos. Essa descentralização de uma história ampla para várias “pequenas” histórias possibilitou problematizar uma história do corpo e do rosto, por exemplo. De acordo com o historiador (BURKE, 1992, p.8): “o território da política expandiu-se, no sentido de que os historiadores

(seguindo teóricos como Michel Foucault) estão cada vez mais inclinados a discutir a luta pelo poder na fábrica, na escola ou até mesmo na família”.

Essa mudança na forma de tratar a história foi chamada de nova história, que teve como marco as publicações agrupadas em torno da revista “*Annales*”. Burke (1992) afirma que é complicado definir o que é a nova história, pois apresenta uma variedade de abordagens que rompem com o modelo da história tradicional, talvez seja mais fácil definir pelo o que ela não é. O estudioso afirma que essas diferenças podem ser resumidas em seis pontos, são eles:

- no modelo tradicional a história é essencialmente política, enquanto as outras histórias não eram totalmente excluídas, mas eram marginalizadas. Com o advento da história nova, a arte, a ciência e outras passaram a ter uma história. Burke (1992, p. 11) afirma que: “embora outros tipos de história - a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência - não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem periféricos aos interesses dos verdadeiros historiadores”; Assim, tudo tem uma história, podendo ser considerado uma construção cultural, passível de variações. “A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11).
- a história tradicional tem como foco a narrativa de acontecimentos, enquanto a nova história analisa as estruturas;
- ela tem como objeto de estudo/análise a história vista de cima, ou seja, os grandes acontecimentos históricos. Por outro lado, a história nova tem como objeto de estudo/análise a história vista de baixo, isso quer dizer que os pequenos acontecimentos ocorridos com as pessoas simples passam a fazer parte dos interesses da história;
- suas pesquisas deveriam ser baseadas em documentos oficiais, que eram tomados como “verdade” absoluta. Já a história nova questiona esses documentos e aponta sua limitação, uma vez que tais documentos apenas o ponto de vista oficial sobre o acontecimento;

- o padrão tradicional orienta que os historiadores façam perguntas, como por exemplo: “por que Brutos apunhalou César?” (BURKE, 1992, p.14) De acordo com os historiadores atuais essa pergunta dificulta a realização de estudos mais profundos, pois suas respostas enfatizam questões que não são relevantes para os estudos históricos;
- o último aspecto está relacionado com o fato de que a história tradicional é objetiva e tem como função apresentar os fatos como aconteceram. Burke (1992) assevera que essa busca pela apreensão “total” da realidade é problemática, uma vez que os sujeitos são capazes de apreender o mundo “através de estruturas de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra” (BURKE, 1992, p. 15).

As observações tecidas acima deixam claro que a história nova nasceu a partir da insatisfação dos historiadores com a história tradicional visto que ela apresentava problemas sérios em sua constituição, os quais dificultavam a realização de estudos mais amplos. Entretanto, Burke (1992) afirma que essa “nova” forma de tratar os acontecimentos históricos não é uma solução definitiva para os problemas, pois também apresenta dificuldades, tais como: “problemas de definição, problemas de fontes, problemas de método e problemas de explicação” (BURKE, 1992, p. 20). Essas questões não serão abordadas minimamente, uma vez que para o presente texto o que importa é destacar a relevância da fragmentação histórica para a AD, ou seja,

As reflexões sobre a história buscadas pela Análise do Discurso atestam uma ruptura com a linearidade temporal, por conseguinte, colocam em pauta a noção de descontinuidade; rompe-se também com uma perspectiva tradicional e amplia a natureza dos objetos de estudo (FERNANDES, 2009, p. 15) .

Fechando o parêntese aberto retornamos a aspectos mais pontuais para a investigação que propomos realizar no presente artigo.

Segundo a proposta da AD, o que temos é um sujeito descentrado, clivado, heterogêneo, apreendido em um espaço coletivo que não é constituído em uma individualidade e sim a partir de uma exterioridade que o subjetiva. De acordo com Fernandes (2005, p. 34):

Afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, aprendido em um espaço coletivo, portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim em um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro.

Para a AD o discurso implica uma exterioridade à língua, pois as palavras ao serem pronunciadas carregam em si aspectos que remetem para o lugar social, histórico e ideológico no qual o sujeito está inscrito; sendo assim, os discursos estão sempre em movência, pois sofrem a todo o momento alterações decorrentes das mudanças históricas e das transformações sociais. Como aponta Pêcheux (1990, p. 28), discursivamente, na relação entre a língua e seu exterior, a questão teórica a ser colocada é, pois: “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é assim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas.”

O discurso deve ser considerado como um lugar do não estável, do não lógico, do não aparente. Isso pode ser verificado no seu próprio funcionamento. Ele é produzido historicamente e disperso ao mesmo tempo, é peculiar no sentido de que sua historicidade é única e não se repete; assim, “todo discurso constitui-se da dispersão de acontecimentos e discursos outros, que se transformam e modificam-se” (FERNANDES, 2012, p. 23). O acontecimento que permeia a produção discursiva também não é algo factual, datado cronologicamente, mas disperso e descontínuo.

Como afirmou Foucault (2006), o discurso passa inicialmente a impressão de que ele não tem tanta importância, mas essa impressão não se confirma uma vez que o discurso carrega em seu interior marcas que mostram a sua complexidade. Foucault, ao longo de suas pesquisas, estuda a organização dos discursos com o objetivo de problematizar a constituição das subjetividades. “Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995a, p. 231).

Um dos exemplos da problemática das relações que permeiam a produção da subjetividade e consequentemente dos discursos é o livro “A história da loucura” (2009), que traz uma discussão acerca da instauração do objeto loucura enquanto mecanismo de exclusão. O louco para ser considerado como tal não precisa ter realmente problemas mentais, basta fugir às regras de “normalidade” ditadas pela sociedade para ser segregado do espaço público. Ele passa pela interdição e a mesma traz em sua constituição relações de saber e poder. De acordo com Foucault (2006, p. 21):

existem, evidentemente, muitos outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso. Aqueles de que falei até agora se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo.

Notamos que a instauração do objeto loucura está associada à relação de poder, que tem como objetivo a produção de “verdade”. Essa produção de “verdade” é uma construção discursiva que tem por finalidade não a veiculação de um discurso “verdadeiro” ou “falso” acerca da loucura, mas sim, discursos que atendessem os objetivos de uma pequena parcela da sociedade. Foucault (1995, p.14) assevera que “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.” Dessa forma, o que entre as “ciências”, mais especificamente o objeto loucura, é convencionado como uma dada “verdade”, de acordo com Foucault (2009) pode ser considerado práticas de exclusão.

Foucault (2006a) afirma que o poder do psiquiatra não tem necessariamente o objetivo de propagar uma “verdade” ou uma prática terapêutica, seu objetivo é organizar o saber psiquiátrico sobre a loucura de forma que exista um exercício de poder sobre a sociedade. Essa organização desse saber emprega alguns dispositivos, no caso o interrogatório, a hipnose e o uso de medicamentos. Ele menciona que essas técnicas tinham como objetivo aplicar a disciplina. Isso pode ser observado através do interrogatório que tenta construir a identidade do sujeito por intermédio de questões como: “quem é você? Como se chama? Quem são seus pais? Como foram os diferentes episódios da sua loucura?” (FOUCAULT, 2006a, p. 300). O magnetismo e o uso de

medicamentos também são mencionados por Foucault (2006a) como dispositivos disciplinadores.

Foucault (2006a) assevera que o saber científico parte do princípio de que existe “verdade” por toda a parte. Há momentos que ela fica mais evidente e quando não a encontramos usamos mecanismos para buscá-la nos lugares mais ocultos. Para a prática científica, de acordo com Foucault (2006a), sempre haverá uma “verdade” a ser vislumbrada.

A verdade habita tudo e qualquer coisa, inclusive aqueles célebres restos grotescos de que falava Platão. Isso quer dizer não apenas que a verdade habita toda a parte e que todo [instante] pode-se colocar a questão da verdade, mas quer dizer também que não há ninguém que seja exclusivamente qualificado para dizer a verdade; não há ninguém tampouco que, de saída, seja desqualificado para dizer a verdade, a partir do momento em que, é claro, se disponha dos instrumentos necessários para descobri-la, as categorias necessárias para pensá-las e a linguagem adequada para formulá-la em proposições. Digamos, para falar mais esquematicamente, que temos aí certa posição filosófica científica da verdade que é ligada a certa tecnologia da construção ou da constatação em direito universal da verdade, uma tecnologia da demonstração. Digamos que temos uma tecnologia da verdade demonstrativa que, em suma, coincide com a prática científica (FOUCAULT, 2006a, p. 132).

O objetivo que Foucault (2006a) pretende alcançar é justamente o de mostrar que o saber científico acerca da loucura não passa de um ritual e que esse sujeito “universal do conhecimento” é na realidade um sujeito histórico. Que a produção de uma dada “verdade” acerca desse sujeito não é nada mais que uma construção discursiva. Como exemplo retomaremos uma frase de Foucault (2006a, p.324) que dá uma dimensão de como se articula a construção discursiva da “verdade”: “o demente é na verdade o que foi fabricado pelo duplo jogo desse poder e dessa disciplina”.

As obras de Michel Foucault problematizam questões inerentes à constituição dos sujeitos, como ele mesmo afirma em seu texto “O sujeito e o poder” (1995a), no entanto, observaremos que para problematizar essa questão ele menciona outras, tais como a sexualidade, o nascimento do sistema prisional etc. Juntamente com esses temas e a constituição dos sujeitos percebemos que a “verdade”

emerge em todas elas, em alguns momentos de forma velada, mas sempre presente em sua reflexão acerca de quem somos nós. Realmente ele tem razão quando aponta indícios sobre a “verdade” em seus textos, pois ao atentarmos para a nossa constituição observaremos que somos constituídos por elas, tomamos nossas decisões em função delas, e infelizmente, a maior parte delas é fundamentada em “verdades” que não são questionadas.

No primeiro capítulo do livro “As palavras e as coisas” (2002) Foucault tece uma análise do quadro “As meninas” de Velasquez. A partir das suas observações sobre ele concluímos que existe a “impossibilidade” de termos uma interpretação que abarque todos os pontos presentes nele, ou seja, da dificuldade que temos em determinar uma análise definitiva para o quadro, uma vez que detalhes sempre escaparão de nosso olhar atento. Foucault (2002) não menciona algo sobre a “verdade”, no entanto, nós nos questionamos se há uma “verdade” sobre o quadro. Não temos uma resposta em seu texto, mas podemos pensar na “verdade” a partir de sua leitura, pois os comentários que são feitos acerca do quadro conduzem a nossa reflexão para o fato de que não temos como afirmar se uma dada interpretação é verdadeira ou não, uma vez que ela dependerá do ponto de vista assumido pelo analista e também pelas condições históricas que perpassam a sua produção, assim como nos discursos.

A “verdade” é uma construção, como Foucault afirma em vários textos, que se constitui através do discurso. Pensando nesta questão retomamos um fragmento do livro “As palavras e as coisas” no qual Foucault (2002, p.24) afirma que:

Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos: foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representa-las. O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação - fosse ela festa ou saber - se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar.

O fragmento acima ajuda a vislumbrar como os sujeitos construíam suas “verdades”. Reiteramos que ela é uma construção discursiva que é regida pelas condições históricas que permeiam sua produção; só a título de recordação, o discurso é elaborado a partir de uma língua e ela tem no século XVI seu valor relacionado com a função de duplicação e reprodução do que está a sua volta. Assim, o discurso se fundamentava em uma língua que tinha como objetivo central reproduzir na íntegra tudo que estava a sua volta, trazer à tona uma “verdade”. Foucault (2002, p. 77) afirma que: “a verdade encontra sua manifestação e seu signo na percepção evidente e distinta. Compete às palavras traduzi-la, se o podem; não terão mais o direito de ser a sua marca”.

Foucault (2002) afirma que essa forma de conceber a “verdade” só é possível graças a um aspecto que fundamenta o período clássico, que é a relação estabelecida entre o conhecimento e a ordem. A ciência trará isso à tona através de suas descobertas, que são baseadas em uma busca incansável pela ordem, bem como a descoberta de elementos simples e de composição progressiva que coadunam na produção de um saber empírico, limitado pela “transparência perfeita das representações nos signos que as ordenam” (FOUCAULT, 2002, p. 105), enfim, a linguagem naquela época representava o pensamento. Foucault (2002, p. 123) assevera que “na idade clássica, conhecer e saber se imbricam na mesma trama: para o saber e para a linguagem, trata-se de atribuir à representação signos pelos quais seja possível desdobrá-la segundo uma ordem necessária e visível”.

No período clássico, a história natural sofreu algumas transformações, dentre elas temos as que ocorreram em função da invenção do microscópio, pois ele possibilitou que fossem realizadas observações que até aquele momento não eram possíveis, tendo em vista o grau de complexidade que elas envolviam. Apesar desse fato, Foucault (2002) afirma que as pesquisas nesse período não eram muito aprofundadas, uma vez que seu objetivo central era classificar as plantas, os animais, insetos etc.

A idade clássica é responsável por uma história natural, segundo Foucault (2002), fundamentada em uma observação rigorosa sobre as coisas e uma transcrição rígida e neutra das observações efetuadas. Os seres são organizados e classificados de acordo com seus

traços de semelhança ou diferença visíveis. Ele afirma que a história natural nada mais é que a nomeação do visível. Foucault (2002) denominará essa nomeação de estrutura, no entanto ressalta que ela é apenas uma designação, pois é apenas um olhar superficial sobre o ser da observação. Dessa forma, os traços são obtidos através de uma observação sistemática que consiste em ver o que está sendo exposto e em sua transmissão e visibilidade através do discurso.

Foucault (2002) cita Buffon, o qual afirma que quanto mais eram classificados, ou seja, mais divisões tivessem, mais próximos da verdade eles estavam, pois na natureza só existem os indivíduos e os gêneros, já as classes e as divisões só existem em nosso pensamento. Foucault (2002) menciona que a história natural está relacionada com a teoria da linguagem, pois esta também tem como objetivo ordenar o conhecimento dos seres obedecendo a determinadas regras que possibilitam a sua representação em um sistema. Ele afirma que a vida nesse período “é uma categoria de classificação, relativa, como todas as outras, aos critérios que se fixarem. E, como todas as outras, submetida a certas imprecisões desde que se trate de fixar-lhe as fronteiras” (FOUCAULT, 2002, p. 223).

A partir das considerações acima acerca da história natural na época clássica observamos que a “verdade” é considerada algo que realmente menciona todos os aspectos de dado ser. Os sujeitos neste período tinham a ilusão de que a linguagem era objetiva e teria condições de dar todas as informações e que esgotaria todas as possibilidades de análise e interpretação. Assim, os seres seriam descritos obedecendo a todas as suas particularidades, teríamos a “verdade” absoluta, por exemplo, de um dado animal.

Foucault (2002) mostrará ainda que, neste período, a representação também é inerente à economia, que ainda não existia com esse nome, pois a produção ainda não existia. As palavras representavam a realidade que nomeavam, os signos que nomeavam as riquezas deviam trazer em sua constituição marcas que apontavam para o seu valor real. Ele afirma que as riquezas são consideradas riquezas tendo em vista o valor que lhe damos. Ainda observa que a relação entre a riqueza e a moeda é arbitrária, uma vez que a moeda representa o valor que damos a ela e não seu valor real enquanto produto. Foucault (2002) alega que qualquer objeto poderia vir a ser considerado moeda, desde que lhe déssemos esse valor e apresentasse

condições de representação e que possibilitasse estabelecer uma relação de igualdade e diferença. Será atribuído a um objeto um valor tomando como referência a facilidade de acesso a ele, assim quanto mais raro um objeto maior será seu valor no mercado.

Para o pensamento clássico, o valor está relacionado com o fato de podermos dar algum valor a um dado produto. Esse fato contribui para a invenção da moeda, da fixação dos preços e sua modificação; a partir desse momento a troca passou a existir. Foucault (2002) afirma que nasce em função do consumo e não da produção, uma vez que “o valor só aparece onde os bens desaparecem; e o trabalho funciona como uma despesa: ele constitui um preço da subsistência que ele próprio consumiu” (FOUCAULT, 2002, p. 269).

Para Foucault (2002), o valor apresenta a mesma função que a linguagem, pois possibilita que a representação de um signo seja atribuída a outro signo.

A linguagem não é senão a representação das palavras; a natureza não é senão a representação dos seres; a necessidade não é senão a representação da necessidade. O fim do pensamento clássico - e dessa *episteme* que tornou possíveis gramática geral, história natural e ciências das riquezas - coincidirá com o recuo da representação, ou, antes com a liberação, relativamente à representação, da linguagem, do ser vivo e da necessidade (FOUCAULT, 2002, p. 289; grifo do autor).

Foucault (2002) afirma que as relações acima começam a mudar a partir dos últimos anos do século XVIII, pois a semelhança vai ser substituída pela descontinuidade e assim as relações começam a sofrer alterações substanciais em sua constituição. A história contribui muito para essa modificação, uma vez que ela “a partir do século XIX, define o lugar de nascimento do que é empírico, lugar onde, alguém de toda cronologia estabelecida, ele assume o ser que lhe é próprio.” (FOUCAULT, 2002, p. 300).

As velhas análises sobre moeda, comércio e troca são consideradas obsoletas, essas mudanças atingem o trabalho, sendo atribuído a ele um novo valor, diferentemente da idade clássica, a partir do final do século XVIII o trabalho passou a ser considerado como uma jornada e esforço, sendo remunerado de acordo com esses critérios. A partir de Smith o tempo da economia não será mais o

mesmo, pois “será o tempo interior de uma organização que cresce segundo sua própria necessidade e se desenvolve segundo suas leis autóctones - o tempo do capital e do regime de produção.” (FOUCAULT, 2002, p. 310).

Na organização dos seres também há uma mudança na forma de olhar para eles e consequentemente também na sua classificação, Foucault (2002) aponta quatro mudanças basilares: na hierarquia dos caracteres, a partir desse momento cada família é classificada de acordo com características básicas inerentes a cada grupo; esses caracteres estão ligados a funções que cada um desempenha; a noção de vida passa a ser indispensável para a ordenação; e o rompimento entre a classificação e a nomenclatura.

Na linguagem não é diferente, mudanças ocorrem também na sua forma de tratamento. Até o século XVII as palavras eram questionadas tomando como referencial aquilo que realmente elas significavam, buscavam uma relação absoluta entre elas e a sua designação. A partir do final do século XVIII, a análise das palavras “deve permitir, porém, medir até que ponto elas se assemelham, qual a densidade de suas similitudes, em que limites são transparentes uma à outra” (FOUCAULT, 2002, p. 321). A gramática também sofre alterações, a sua teoria não se organiza da mesma forma e a união, que antes era estável não é mais. Temos um novo elemento, no caso o sujeito, que está relacionado tanto com o sentido como a representação.

As observações tecidas acima, a partir do livro de Foucault (2002), possibilitam que vislumbremos como se articulava a “verdade” neste período. Ela estava relacionada com a possibilidade de uma produção discursiva que descrevesse o objeto ou ser com propriedade. Assim, as situações descritas deveriam ser um retrato fiel, tínhamos uma “verdade” com qualidade, ou seja, tínhamos uma “verdade” ou uma negação acerca do que estava sendo olhado. Os sujeitos acreditavam que tinham condições de serem fieis ao que viam e que suas observações encerravam um caráter de retrato da realidade acerca do que estava sendo olhado.

As considerações tecidas acima, a partir da leitura da “História da loucura” (2005) e do livro “As palavras e as coisas” (2002), levamos a concluir que a sociedade adota regimes de verdades, ou seja, o que poderá funcionar como verdade e que circula a partir da historicidade que permeiam a sua produção, vale lembrar que ela sofre

alterações, ou seja, o que é considerado verdade atualmente pode não ser mais considerado no futuro. A verdade sustenta os saberes sejam eles de ordem científica, religiosa e outros, pois ela “habita tudo e qualquer coisa” (FOUCAULT, 2006a, p. 304).

Foucault (2006a) afirma que a verdade habita toda a parte e nenhum sujeito é qualificado exclusivamente para dizer a verdade ou então, seja totalmente desqualificado para enunciá-la. Não temos uma verdade pronta a nossa espera, pois ela tem seus momentos favoráveis e os sujeitos, que naquele momento, tem a “autorização” para proferi-la. Assim, observarmos que a verdade tem um momento histórico específico que possibilita o seu surgimento, ela não se materializa em qualquer lugar ou qualquer sujeito tem a possibilidade de proclamá-la, ela depende das condições históricas para a sua concretização. De acordo com Fernandes (2012), é relevante considerarmos para a análise do discurso a distinção que Michel Foucault faz entre algumas formas de produção de verdade. De acordo com Foucault (2006a) temos, por um lado, uma verdade acontecimento que revelará espaços políticos, sociais e outros, como por exemplo, o poder pastoral, por outro, uma verdade comprovada, no caso a verdade produzida pela ciência.

A compreensão do funcionamento discursivo da verdade é muito importante para a AD, pois o sujeito discursivo constitui sua subjetividade a partir da exterioridade, ou seja, das relações de poder/saber, que são materializadas através dos discursos e estabelecidas no decorrer de sua existência. Uma vez que essas relações de poder/saber produzem verdades e constituem os sujeitos é de fundamental importância compreendermos sua articulação, visto que assim poderemos “começar” a responder a questão que sempre inquietou Foucault (1995, p. 231) “quem somos nós?”. A verdade materializa-se através de lugares legalmente instituídos e revela posicionamentos, enfim, “constitui objeto pelo qual se luta e também o poder do qual o sujeito deseja se revestir, e o discurso traduz essas lutas por meio de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos” (FERNANDES, 2012, p. 71).

A promessa da construção do convento, a subjetividade de Dona Maria Ana e a verdade ...

A partir das observações acima, podemos concluir que os sujeitos são constituídos pelos discursos, sejam eles científico, religiosos e outros. Nesses discursos, deparamos com verdades que são formadas a partir da historicidade que permeia a sua produção. Como já mencionamos, uma verdade pode deixar de ser considerada como tal a partir do momento no qual ela foi produzida. Nesse momento, questionamo-nos: quem é a rainha Dona Ana Maria? E como se organizou os acontecimentos em torno de sua gravidez? A história tradicional aponta a promessa do rei que se rainha ficasse grávida naquele ano, ele iria construir um convento e que a rainha era uma pessoa muito especial, enfim, uma rainha. No entanto, como a verdade é uma construção, Saramago (2008) apresenta outra leitura para esses fatos. No primeiro fragmento que destacamos temos o diálogo entre o rei e o frei António de S. José.

Perguntou el-rei, É verdade o que acaba de dizer-me sua eminência, que se eu prometer levantar um convento em Maфра terei filhos, e o frade respondeu, Verdade é senhor, porém só se o convento for franciscano, e tornou el-rei, Como sabeis, e frei António disse, Sei, não sei como vim a saber, eu sou apenas a boca de que a verdade se serve para falar, a fé não tem mais que responder, construa vossa majestade o convento e terá brevemente sucessão, não o construa e Deus decidirá (SARAMAGO, 2008, p. 14, grifos nossos).

No fragmento acima chamamos a atenção para os enunciados¹ destacados, pois eles apontam para a instauração de uma verdade, se o rei promettesse ele teria o filho. Os enunciados acima são exemplos para explorarmos as considerações de Foucault sobre o fato de que a verdade não circula em qualquer momento e nem todos os sujeitos têm

¹ Segundo Foucault (2007, p. 108), “se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito.”

o “direito” de proferi-la. Para que a verdade sobre a promessa fosse considerada como tal, foi necessário que o próprio rei tivesse a conversa com o frei, ele sendo o rei pode prometer, o frei enquanto “representante de Deus” tem o “poder” legalmente Instituído de ser o portador da palavra de Deus. O enunciado “eu sou apenas a boca de que a verdade se serve para falar” é significativo, uma vez que aponta para uma série de outros discursos que circulam na sociedade e que dão os poderes ao frei de ser o representante de Deus e, conseqüentemente, aceitar a promessa, bem como afirmar que ela se concretizará. Os discursos instauradores de verdade circulam pela sociedade, alguns são proferidos por sujeitos legalmente instituídos e outros não estão relacionados a sujeito específico, entretanto, por intermédio da historicidade ou mesmo pela sua estrutura são considerados verdades. O próximo fragmento mantém uma relação muito próxima com o anterior, pois o rei está discursivamente proferindo a promessa.

Prometo, pela minha palavra real, que farei construir um convento de franciscanos na vila de Mafra se a rainha me der um filho no prazo de um ano a contar deste dia em que estamos, e todos disseram, Deus ouça vossa majestade, e ninguém ali sabia quem iria ser posto à prova, se o mesmo Deus, se a virtude de Frei Antônio se a potência do rei, ou, finalmente, a fertilidade dificultosa da rainha. (SARAMAGO, 2008, p. 14, grifos nossos).

Neste fragmento destacamos dois enunciados que apontam novamente para o poder discursivo que o rei tem para prometer a construção do convento. O discurso de acordo com Foucault (2006) é controlado, não podendo circular em qualquer lugar ou período, ele obedece a regras que são constituídas além da sua materialidade linguística, ou seja, as condições históricas determinarão o que pode circular. O rei tem o poder de prometer, assim como o frei pode aceitar a promessa em nome de Deus e afirmar que ela se concretizará.

No entanto, Foucault também afirma que a verdade é uma construção e que obedece a determinadas regras históricas, assim, uma verdade considerada hoje pode não ser mais amanhã, como exemplo, mencionamos o objeto loucura que emergiu em dado momento tendo em vista a historicidade que a permeava e que atualmente não apresenta a mesma configuração que tinha no século XVI. Isso é

justamente um dos aspectos que chamam a atenção no romance saramaguiano, pois nele deparamos com a desconstrução de algumas verdades históricas que são bons exemplos para a afirmação foucaultiana. O romance “Memorial do convento” (2008) abre as portas para a produção de novos sentidos para a história tradicional, assim como questiona a veracidade dos acontecimentos históricos, ou seja, de acordo com Albuquerque Júnior (s/d) não temos uma única verdade sobre o passado na obra saramaguiana. O próximo fragmento é um bom exemplo para a afirmação de que a obra apresenta outros sentidos para a história tradicional e que a verdade é uma construção discursiva.

Agora não se vá dizer que, por segredos de confissão divulgados, souberam os arrábidos que a rainha estava grávida antes mesmo que ela participasse ao rei. Agora não se vá dizer que D. Maria Ana, por ser tão piedosa senhora, concordou calar-se o tempo bastante para aparecer com o chamariz da promessa o escolhido e virtuoso frei António. Agora não se vá dizer que el-rei contará as luas que decorrem desde a noite do voto ao dia que nascer o infante, e as achará completas. Não se diga mais do que ficou dito. (SARAMAGO, 2008, p. 28, grifos nossos).

Nesse momento da narrativa deparamos com a desconstrução de uma possível verdade sobre a promessa realizada pelo rei e o fato do frei ter o conhecimento, ou seja, saber antecipadamente sobre a gravidez da rainha por ser o intermediário de Deus. Os enunciados destacados acima ajudam a compreender que a verdade sobre a construção do convento é perpassada por alguns fatos que apontam para uma não verdade sobre a construção do convento. Isso quer dizer que, a partir da narrativa saramaguiana, a verdade apresentada pela história tradicional é questionada e colocada à prova. Leva-nos a questionar se, por traz da narrativa histórica tradicional, não há uma série de outras verdades que foram, de alguma forma, “apagadas” do relato da história tradicional.

O olhar crítico e irônico presente na obra não se limita apenas a esse acontecimento, ele também questiona a verdade veiculada sobre a constituição da subjetividade da rainha²; ela, de acordo com o

² “Rainha de Portugal, triste, reprimida, era fria sexualmente com o rei, paciente, humilde, religiosa e boa esposa. É descrita fisicamente como roliça, sendo esta uma

apresentado na narrativa, não é uma rainha linda, perfeita e encantadora como encontramos na história, ou mesmo nos contos de fadas. Ela é uma rainha, mas não deixou de ser uma pessoa como qualquer outra. O fragmento abaixo confirma a nossa observação.

E é por causa do cobertor, sufocante até no frio de fevereiro, que D. João V não passa toda a noite com a rainha, ao princípio sim, mas por ainda superar a novidade ao incômodo, que não era pequeno sentir-se banhado em suores próprios e alheios, com uma rainha tapada por cima da cabeça, recozendo cheiros e secreções (SARAMAGO, 2008, p. 15, grifos nossos).

O rei não passa toda a noite com a rainha em função do hábito dela que o incomoda e traz como consequência um fato que demonstra que a rainha é uma pessoa como outra qualquer e não apresenta as características atribuídas às rainhas pela história tradicional. Há uma desconstrução da visão “idealizada” historicamente sobre o ser rainha. A verdade é uma construção discursiva, como reverbera Foucault, esse fato acarreta uma consequência muito relevante, que é a possibilidade de questionarmos as verdades cristalizadas. Acreditamos que seja essa característica a responsável pela relevância da obra. De acordo com Albuquerque Júnior (s/d, p. 4):

a história em Memorial do convento é uma história vista de baixo, é a história de um acontecimento do século XVIII contado a partir do ponto de vista de personagens populares, personagens infames, personagens que têm de ser inventados, ficcionados, justamente porque de suas ações não ficaram registros, porque deste acontecimento só ficaram registradas, documentadas as ações dos poderosos.

O fato de a obra trazer uma história vista de baixo traz à tona o fato de que a relação entre o rei e a rainha não é a convencional, ela não aparece nos livros de história e nem faz parte dos discursos que circulam sobre as rainhas e os reis. A partir dessa situação e de outras abordadas na narrativa observamos que, através da materialidade discursiva da obra, emergem aspectos que colocam em xeque dado

das características fundamentais para a maternidade. Vinda da Áustria para se casar com D. João V mediante acordo.” (FERRAZ, 2012, p. 99).

regime de verdade sobre o relato da história tradicional. O fragmento a seguir traz uma particularidade da rainha que não foi relatada em nenhum documento, o fato de ela dormir em uma cama com percevejos.

A desprevenido olhar nem se sabe se é de madeira o magnífico móvel, coberto como está pela armação preciosa, tecida e bordada de florões e relevos de ouro, isto não se falando do dossel que poderia servir para cobrir o papa. Quando a cama foi aqui posta e armada ainda não havia percevejos nela, tão nova era, mas depois, com o uso, o calor dos corpos, as migrações no interior do palácio, ou da cidade para dentro [...] (SARAMAGO, 2008, p. 16, grifos nossos).

A cama da rainha era muito bela, com pedras preciosas e ouro, de tão luxuosa serviria para um papa dormir, entretanto, ela apresentava um pequeno problema: tinha percevejos. Como uma cama de uma realza poderia ser infestada de bichos? É uma cena que traz um caráter de comicidade para a narrativa. Levantamos ainda uma segunda questão, quem seria essa rainha que dorme em uma cama com bichos? Esse fragmento leva-nos a refletir sobre o fato de que há uma série de mecanismos discursivos que corroboram para a construção discursiva de uma verdade acerca da rainha pela história tradicional e que encobrem o fato da rainha ser um ser humano comum, como outro qualquer. Ela exala “odores” como qualquer sujeito e dorme com os bichos como os sujeitos simples da época. Não é o fato de ser uma rainha que a faz diferente enquanto sujeito que tem um organismo funcionando, que dorme, pensa etc. Já o próximo fragmento menciona que a rainha também “peca” como qualquer outro sujeito.

[...] passando cada vez mais devagar as contas do rosário, até que adormece no meio duma ave-maria cheia de graça, ao menos com essa foi tudo tão fácil, bendito seja o fruto do vosso ventre, e é no seu ansiado próprio que está pensando [...] Deste involuntário orgulho nunca fez confissão [...] (SARAMAGO, 2008, p. 17, grifos nossos).

A rainha é extremamente religiosa, entretanto, ela não é diferente de qualquer outro sujeito, pois ela também tem pecados. Os enunciados destacados apontam para o fato de que durante suas orações ela não está concentrada nelas, mas sim na sua própria situação de esposa que não consegue engravidar. Ela nunca confessou o

“pecado” do orgulho, ela o mantém para si, longe do olhar dos confessores.

Alinhavando os dizeres ...

Alinhar os dizeres não é uma tarefa simples, pois percebemos que há muito a ser discutido, que as linhas não foram suficientes para aventar os pontos que consideramos importantes na obra “Memorial do convento” (2008), enfim, fica apenas a sensação de incompletude.

Afinal, como temos que finalizar, reiteramos que partimos do objetivo de analisar como se articula a construção discursiva da verdade sobre a gravidez da rainha Maria Ana e como se pronuncia a constituição de sua subjetividade. Para isso, fizemos um breve percurso sobre os conceitos de discurso e sujeito e percorremos as páginas dos livros “História da loucura” (2005) e “As palavras e as coisas” (2002) com o intuito de compreender como se articula o funcionamento discursivo da verdade a partir da proposta de Michel Foucault.

A partir das observações tecidas sobre a gravidez da rainha Maria Ana e de alguns pontos sobre a sua constituição podemos concluir que a verdade é uma construção discursiva e que ela está intimamente relacionada com a historicidade que permeia a sua produção. No caso do “Memorial do convento” (2008) percebemos que sua elaboração pode ser relacionada com as mudanças ocorridas na forma de abordar os acontecimentos históricos. Percebemos no decorrer das análises que a verdade sobre a promessa poderia ser questionada e que outros discursos emergiriam no decorrer desses questionamentos e nos conduziram a outra verdade sobre esse acontecimento que também pode ser questionada, uma vez que é uma construção discursiva.

Refletimos sobre a constituição da subjetividade da rainha com intuito de pontuar que a rainha é um sujeito como outro qualquer e que a história tradicional foca apenas os fatos considerados importantes, ou seja, os grandes feitos. A partir da análise percebemos que há outros aspectos a serem observados e que eles não são levados em conta.

O apagamento desses fatos relacionados com a promessa feita e com a subjetividade da rainha inviabiliza a produção de sentidos que

são muito importantes para a compreensão da verdade sobre a história e consequentemente do quem somos nós. Sendo assim, podemos concluir que a análise dos fragmentos apresenta outra versão para os fatos, no entanto, não é uma versão fechada, uma vez que “nenhuma história de Saramago se fecha ao final. Todas prometem um vir a ser, todas isolam no espaço e nos corpos a intensidade do tempo que os percorre”, conforme Albuquerque Júnior (s/d, p. 12).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, DURVAL MUNIZ. Entre o Claustro e o Vão: consciência histórica e narrativa em Memorial do convento de José Saramago. s/d. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1992, p.7-37.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

_____. Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; JUNIOR, Jose Antonio Alves (Org.). *Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas*. São Carlos, Claraluz, 2009.

_____. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERRAZ, Salma. *Dicionário de personagens da obra de José Saramago*. Blumenau: Edifurb, 2012.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L.. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.

_____. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.

_____. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

SARAMAGO, Jose. *Memorial do convento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Recebido em 19/08/2013

Aceito em 20/10/2013